



DESPACHO N.º 33/SEA/2003

O Projecto “Campo de Golf Monte Rei” foi sujeito a procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) – segundo os termos estabelecidos no Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio - que culminou, a 11 de Setembro de 2002, com a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA).

A decisão sobre o procedimento de AIA foi no sentido de inviabilizar a execução do projecto em causa – emissão de parecer desfavorável – alicerçada no facto determinante de, no âmbito do descritor ordenamento do território e uso do solo, o desenvolvimento do projecto em causa levar, à data daquela declaração de impacte ambiental, à violação do Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António, aprovado pela Portaria n.º 347/92, de 16 de Abril.

O projecto do “CAMPO DE GOLF MONTE REI” prevê que o mesmo se venha a localizar no Concelho de Vila Real de Santo António, freguesia de Vila Nova de Cacela, Lugar das Sesmarias, o que coincide com terrenos classificados no Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António como “Zona de Serra”, permitindo-se a instalação de empreendimentos turísticos condicionada à existência de um Plano Municipal de Ordenamento do Território eficaz que defina a localização de Núcleos de Desenvolvimento Turístico - plano esse que à data não existia.

Entretanto, foi aprovada em Conselho de Ministros de dia 29 de Agosto de 2003 e publicada em Diário da República n.º 217, de 19 de Setembro de 2003, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 147/2003 que ratifica o Plano de Urbanização das Sesmarias, no município de Vila Real de Santo António, que prevê a instalação de um complexo turístico numa área menos desenvolvida, a Serra do Caldeirão, mas de grande potencial investidor no Algarve, visando a execução do projecto acima identificado.

Nestes termos, e considerando,

- A alteração legislativa entretanto ocorrida, através da aprovação e publicação da mencionada Resolução do Conselho de Ministros, que determina a compatibilização do presente projecto com os instrumentos de gestão territorial aplicáveis;



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

- O parecer emitido pela Comissão de Avaliação (CA) e pela Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental, ex-Direcção Regional do Ambiente e do Ordenamento do Território-Algarve, favorável à execução do projecto desde que condicionada ao cumprimento das medidas propostas no Estudo de Impacte Ambiental e aceites pela CA e a outras medidas propostas pela CA;
- As opiniões apresentadas no decurso da Consulta Pública, no âmbito do respectivo procedimento de AIA, as quais foram contempladas no relatório da CA e adequadamente incorporadas no parecer da Comissão de Avaliação.
- A possibilidade de mitigar os impactes gerados com o desenvolvimento do projecto através da implementação de medidas de minimização adequadas e da execução dos planos de monitorização propostos.

Urge corrigir a DIA então proferida, no sentido de a adequar à legislação entretanto publicada, pelo que determino:

1. A emissão de parecer favorável ao Projecto "Campo de Golf Monte Rei", condicionado ao cumprimento das medidas propostas no Estudo de Impacte Ambiental e aceites pela Comissão de Avaliação, bem como das medidas descritas no ponto 6 – Conclusões e Recomendações – do Parecer da Comissão de Avaliação.
2. A adopção das medidas de minimização e planos de monitorização, listadas em anexo ao presente Despacho, e a respectiva implementação nas fases de construção e exploração do projecto.
3. A revogação da anterior Declaração de Impacte Ambiental, datada de 11 de Setembro de 2002, respeitante ao Projecto "Campo de Golf Monte Rei".
4. A notificação imediata da presente decisão ao proponente, à entidade licenciadora, à Autoridade de AIA e ao Instituto do Ambiente.

Assinado em, 19 de Setembro de 2003.

O Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins
José Eduardo Martins

SECRETÁRIO DE ESTADO

DO AMBIENTE

Anexos: Parecer da Comissão de Avaliação, Relatório da Consulta do Público, Medidas de Minimização e Planos de Monitorização, Resolução do Conselho de Ministros que ratifica o Plano de Urbanização das Sesmarias.

José Eduardo Martins



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
FACTORES EDAFO- CLIMÁTICOS	<ul style="list-style-type: none">As movimentações de terras e todos os tipos de trabalhos, incluindo os cortes de vegetação, que deixem o solo nú, sem protecção, deverão processar-se, na medida do possível, nos períodos de menor precipitação, de modo a minimizar-se a erosão. Após o final dos trabalhos de terraplenagens, deverá efectuar-se, o mais rapidamente possível, a colocação de solo nas áreas destinadas a relvados e efectuar-se a sementeira;As máquinas e equipamentos deverão, sempre que possível, deslocar-se pelos caminhos existentes e a abertura de acessos temporários deverá efectuar-se preferencialmente com uma orientação perpendicular às linhas de maior declive. Nas áreas de maior pendente, as obras deverão decorrer de modo a evitar eventuais escorregamentos de terras, procedendo-se à colocação de estruturas de suporte, sempre que necessário;A aplicação de herbicidas deverá restringir-se ao mínimo indispensável, devendo evitar-se a utilização de substâncias perigosas. O manuseamento de outros químicos, de produtos betuminosos e dos seus resíduos e embalagens, bem como de entulhos deverá processar-se com o maior cuidado e em locais adequados, por forma a evitar eventuais contaminações do solo e subsolo;No recurso a áreas de empréstimo deverá ter-se em conta a legislação existente sobre a matéria. A exploração de áreas de empréstimo não deverá ser autorizada sem a apresentação de um programa de recuperação e integração paisagística dos terrenos afectados, onde deverão ser indicadas medidas de restauração ou reconversão dos terrenos, que permitirão a sua reutilização posterior. Caso existam e	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE José Eduardo Martins
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
	<p>reunam as condições adequadas, deverá ser dada preferência à exploração de áreas de empréstimo actualmente em funcionamento, ou abandonadas, em detrimento da instalação de novas explorações;</p> <ul style="list-style-type: none">• Na eventualidade de condução de terras a depósito, deverão ser evitados locais de elevado interesse geológico, locais geomorfologicamente instáveis e solos afectos à Reserva Agrícola Nacional (RAN) ou Reserva Ecológica Nacional (REN). A deposição de terras em pedreiras ou areeiros abandonados, ou na cobertura de aterros sanitários poderão constituir soluções a considerar.	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
RECURSOS HÍDRICOS ASPECTOS QUANTITATIVOS	<ul style="list-style-type: none">• Todo o tipo de trabalhos de movimentação de terras e de preparação de terrenos deverá limitar-se às zonas previamente demarcadas e, preferencialmente, decorrer durante o mais breve período de tempo possível, evitando os períodos de maior pluviosidade, de modo a minimizar a erosão do solo e o arraste de partículas para as linhas de água;• Deverá evitar-se o uso de acessos temporários paralelos às linhas de água, sendo preferível os acessos com um traçado perpendicular a estas;• Os sistemas de drenagem natural deverão ser acautelados durante os trabalhos, de forma a evitar a retenção de águas em depressões ou a criação de barreiras e permitir uma eficaz drenagem das águas;• As movimentações de terras junto aos tanques de armazenamento existentes que se pretenderá aproveitar, deverão ser efectuadas com particular cuidado, de modo a minimizar-se a afluência de sedimentos transportados pelas águas de escorrência superficial e consequente assoreamento dos tanques de retenção e diminuição do seu volume útil;• Os depósitos temporários de terras deverão ser efectuados em locais afastados de leitos de linhas de água.• Para uma gestão da água deverá realizar-se um controlo permanente às necessidades de irrigação, o que favorecerá as regas menos frequentes e mais profundas para que a planta desenvolva raízes mais profundamente em busca da água tornando-se assim mais resistente e sendo mantida em ligeiro <i>stress</i>;• Deverão utilizar-se espécies de relva adaptadas ao clima da região e com menores necessidades de água;• Deverá implementar-se um sistema de recolha de águas sub-superficiais para reutilização na rega do campo de golfe;• Deverá ser garantida a qualidade da água para	<ul style="list-style-type: none">• As obras a empreender nos terrenos afectos ao Domínio Hídrico, terão que ser apresentadas à DRAOT Algarve, para apreciação, em fase prévia ao seu início, por forma a desencadear o respectivo processo de licenciamento, de acordo com D.L. 46/94, de 22 de Fevereiro.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE José Eduardo Martins
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
	rega, de modo a evitar-se o mais possível a irrigação com compostos indesejáveis que a longo prazo favoreçam a salinização dos solos.	
HIDROGEOLOGIA	<ul style="list-style-type: none">• Implementação de sistemas que permitirão diminuir os consumos de água (ex: para além dos instrumentos previstos para medir a humidade do solo e as necessidades de rega, proceder à previsão de períodos de precipitação para evitar a rega; efectuar a rega no fim do dia; construir um sistema de rega de modo a permitir o controlo individual dos aspersores; manter a relva ligeiramente em stress hídrico);• Implementação de um sistema eficiente de drenagem. O sistema de drenagem será eficiente se se seguir as recomendações estabelecidas pelo projectista do campo de golfe;• Determinação da necessidade efectiva de fertilizações, a quantidade de fertilizante a aplicar e optar por fertilizantes de libertação lenta;• Opção por meios de tratamento mecânicos para o combate a pragas e doenças sempre que possível, em vez do tradicional tratamento fitosanitário com produtos químicos;• Utilização de produtos químicos com menores implicações ambientais;• Evitar as fertilizações e o tratamento fitosanitário durante períodos de chuva intensa para diminuir a mobilidade dos produtos;• Implementação de um sistema natural de tratamento nas represas de terra, em que as condições naturais sejam repostas. A intervenção deverá ser orientada no sentido da criação de um novo ecossistema aquático equilibrado, que se encarregará de depurar as águas, e inclusivamente torná-las próprias para a rega. As lagoas de macrófitas, com raízes (ex: caniços; juncos) ou sem raízes (ex: lentilhas; nenúfares), serão adequadas para a remoção de nutrientes, além de também diminuir a carga	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
	<p>orgânica das águas;</p> <ul style="list-style-type: none">Evitar o corte da relva a menos de 5 m das margens das lagoas para dificultar as escurências da água para os mesmos;Implementação de um programa de controlo de vazamentos e derramamentos de óleos e outros lubrificantes durante a fase de construção.	
ECOLOGIA FLORA VEGETAÇÃO	<p>E</p> <ul style="list-style-type: none">Manter as áreas de vegetação natural (preservação de habitats) que adquiram importância futura como centro de dispersão de diásporos;Limitar a extensão dos aterros e desaterros ao mínimo indispensável para a execução da obra, evitando a construção de novas vias por áreas de vegetação natural que permanecerão após a construção do campo de golfe (separadores entre linhas de jogo) ou a simples desmatção desses locais. Justifica-se apenas a sua adaptação local às características do projecto;Adoptar medidas de limitação da emissão de gases e poeiras e evitar a produção de lamas e outras escurências que afectem vegetação natural a preservar (as medidas passam por esquemas de manutenção das máquinas, minimização dos estaleiros, rega do solo poeirento e limitação da extensão das estruturas impermeáveis);Manter alguma vigilância e material afecto à prevenção de eventuais incêndios, resultantes dos trabalhos;Limitar as movimentações de maquinaria pesada e planear a recuperação paisagística das áreas afectadas, a qual deverá ser feita com espécies locais, para evitar contaminação com materiais alóctones; considerando a boa disponibilidade de plantas nas zonas afectadas é recomendável a colheita prévia de plantas que poderão ser mantidas e/ou multiplicadas em viveiro, para posterior utilização na recuperação das áreas naturais. É particularmente importante a recolha de bolbos	<ul style="list-style-type: none">As medidas de minimização propostas, deverão assumir um carácter de obrigatoriedade, pelo que terão que ser devidamente sistematizadas num plano de recuperação das espécies e habitats naturais e integração paisagística, nas áreas denominadas no EIA como de enquadramento ecológico do campo de golfe. Este documento deverá conter uma memória descritiva explícita e suporte cartográfico que permita antever com rigor as acções a empreender nas referidas áreas. Este plano terá que ser apreciado pela DRAOT Algarve em fase prévia ao início das obras de construção do CGMR.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
FAUNA	<p>e rizomas que poderão facilmente servir para utilização no embelezamento de espaços idealizados para esse fim;</p> <ul style="list-style-type: none">• Eliminar as plantas exóticas que pelas suas características invasivas possam vir a destruir a estrutura da vegetação natural a conservar; estão nesta lista espécies como as canas (<i>Arundo donax</i>), as acácias (<i>Acacia melanoxylon</i>) e os eucaliptos (<i>Eucalyptus calmdulensis</i>).• A criação de zonas húmidas artificiais, nomeadamente pequenas lagoas de água-doce como os lagos do campo de golf, é considerada um importante instrumento para a promoção da biodiversidade a nível local. Para potenciar as suas funções, deverão ser observados vários princípios gerais, já amplamente testados, que levam a uma rápida colonização destes novos habitats por várias espécies, servindo igualmente de ponto de suporte, quer para as espécies migratórias no âmbito das suas deslocações periódicas, quer para fenómenos de dispersão ou diáspora;• Por forma a favorecer uma ocupação pelo maior número de espécies sugere-se a adopção de um conjunto de recomendações:<ul style="list-style-type: none">– Perfil das margens - Por forma a que se possa contribuir para uma maior diversidade ao nível do património natural será importante que o perfil das margens das diversas lagoas a instalar neste campo de golf seja diversificado, com algumas das lagoas apresentando margens de declive suave que permitirão a sua ocupação por um conjunto de espécies que normalmente não frequentam este tipo de lagoas, a meandrização das margens é outro factor a ter em conta, pois a existência de pequenas baías abrigadas favorecerá numerosas espécies, desde os	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
	<p>invertebrados, aos anfíbios e aves;</p> <ul style="list-style-type: none">— Ilhas - As lagoas maiores poderão ter ilhas artificiais que permitirão a nidificação de algumas espécies de aves aquáticas em condições mais favoráveis. Estas ilhas são de fácil construção e instalação, devendo desde logo ser criados certos condicionalismos (telas, cobertura em gravilha, etc.) que impeçam a sua completa colonização pela vegetação;— Vegetação das margens - As margens das lagoas terão de ser plantadas por forma a que o seu revestimento se faça de uma forma rápida e dirigida. Esta plantação deverá usar apenas as espécies locais, ver lista proposta no capítulo anterior, e deverá procurar contribuir para uma diversificação da flora associada ao campo de golf, o que evitará a ocupação das margens por uma ou duas espécies apenas.— Gestão das lagoas - As lagoas estarão sujeitas a um programa de gestão da vegetação das suas margens por forma a evitar que o efeito de espelho de água desejado pela sua construção se perca. Esta gestão deverá ser feita de tal modo que a vegetação nunca seja sujeita a cortes drásticos, mas antes faseados ao longo do tempo, e que os cortes sejam efectuados em épocas do ano adequadas, o que evitará perturbações desnecessárias nas comunidades animais. <ul style="list-style-type: none">• Recomenda-se a instalação de ninhos artificiais que apoiem a manutenção de populações viáveis, pelo menos de algumas das espécies mais comuns;• Recomenda-se a instalação de abrigos artificiais para quirópteros;• Recomenda-se o plantio e manutenção de	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
	<p>espécies arbustivas que sejam produtoras de frutos e bagas, procurando-se seleccionar espécies que possuam períodos de frutificação diversificados, aumentará assim as disponibilidades alimentares ao longo do ano para várias espécies de aves e mamíferos. A sua plantação e manutenção deverá ser considerada não só para as zonas que marginam o golf mas também nos arranjos paisagísticos da urbanização, nos revestimentos dos taludes e nas margens de estradas e acessos;</p> <ul style="list-style-type: none">• Poderão ser consideradas as seguintes espécies: Amoreira, romanzeira, figueira, zambujeiro / oliveira, medronheiro, pilriteiro e silvas (estas apenas em situações pontuais em que o seu controle seja possível, dadas suas as características invasivas);• A rede de drenagem deverá ser acompanhada em fase de execução, o que permitirá incorporar localmente adaptações construtivas que poderão ser benéficas para as comunidades de répteis e anfíbios	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

João Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
PAISAGEM	<ul style="list-style-type: none">• Devido a pobreza dos solos em presença, os materiais provenientes da desmatção e limpeza do terreno que não apresentem interesse comercial, deverão ser escacilhados e aproveitados como composto orgânico para utilização nos terrenos do campo de golfe em vez de serem destruídos pelo fogo;• Deverão ser preservados maior número possível de alfarrobeiras e azinheiras que apresentem já porte arbóreo;• A modelação proposta terá que ter em consideração o sistema de drenagem natural do espaço em análise e não constituir um obstáculo ao seu curso mas antes pelo contrário facilite a circulação da ar e da água;• Deverão ser aproveitados os espaços compreendidos entre os <i>fairways</i> para implantação de vegetação, constituída por espécies da flora local, distribuída de forma mais natural criando situações de contraste mata/clareira, recriando pequenos bosquetes, e que garanta a presença de um contínuo natural que permita estabelecer um corredor verde consistente, apoiado também na vegetação envolvente dos lagos e das linhas de água e que se interligue com a vegetação existente na paisagem envolvente ao empreendimento;• Os lagos propostos deverão ter um nível de água relativamente constante e a modelação proposta para as margens dos lagos deverá ser executada de forma a que permita a plantação e sementeira, com espécies características da vegetação ribeirinha, contribuindo assim para o aumento da biodiversidade e enriquecimento paisagístico do local. Do mesmo modo as linhas de drenagem natural deverão ser aproveitadas para implantação de uma galeria ripícola que acentue a sua marcação e imprima maior contraste visual e ecológico entre as zonas de vale e as zonas mais secas das encostas e cumeadas;	<ul style="list-style-type: none">• Entende-se que as medidas de minimização propostas, deverão assumir um carácter de obrigatoriedade, pelo que terão que ser devidamente sistematizadas num plano de recuperação das espécies e habitats naturais e integração paisagística, nas áreas denominadas no EIA como de enquadramento ecológico do campo de golfe. Este documento deverá conter uma memória descritiva explícita e suporte cartográfico que permita antever com rigor as acções a empreender nas referidas áreas. Este plano terá que ser apreciado pela DRAOT Algarve em fase prévia ao início das obras de construção do CGMR.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
	<ul style="list-style-type: none">O traçado da linha de jogo nº 8 deverá sofrer uma ligeira modificação afastando-a um pouco mais da EM 509 permitindo desse modo a criação de uma área de enquadramento entre a via e o campo de golfe.	
PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO E ARQUEOLÓGICO	<ul style="list-style-type: none">Deverá haver um acompanhamento integral dos trabalhos de construção que impliquem movimento de terras por um Arqueólogo residente, a quem caberá a função de, se for caso disso, preconizar e implementar as devidas medidas de minimização de impactes negativos de modo a salvaguardar os vestígios identificados;Para o elemento patrimonial 4 seguramente destruído pela construção de uma linha de jogo, o registo dos imóveis através de fotografia, desenho técnico e memória descritiva, para preservar a sua memória;Para os elementos 1, 2 e 3 caso se verifique que serão destruídos por qualquer infra-estrutura adjacente, deverá ser aplicada a mesma medida de minimização.	
FACTORES SOCIO-ECONÓMICOS	<ul style="list-style-type: none">Deverá evitar-se a afectação de áreas exteriores à área de implantação do projecto, especialmente as mais próximas de habitações. Eventuais afectações deverão ser objecto de compensação.	

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E USO DO SOLO	<ul style="list-style-type: none">A drenagem do campo deve ser infra-estruturada por forma a garantir canais preferenciais de escoamento sub-superficial, o que permitirá uma melhor gestão do solo, evitando o seu encharcamento e melhorando as condições de jogo;Deverão ser utilizadas espécies vegetais naturais da região e deverá assegurar-se a manutenção de corredores ecológicos;Deverão ser garantidos eixos de acessibilidade durante a fase de construção que evitarão o atravessamento de povoações por tráfego pesado de transporte de materiais;Deverão ser implementadas medidas que evitem impactos negativos sobre o Projecto decorrentes do desenvolvimento futuro (construção e exploração), de projectos complementares, em particular as urbanizações previstas na envolvente do campo. Tais medidas poderão incluir, por exemplo, barreiras de vegetação, acessos separados, construção simultânea de elementos de projecto, período de construção/manutenção coincidente com período de menor utilização do campo, entre outros;Deverão ser utilizados materiais e tipologias de construção consistentes com a tradição regional e deverá garantir-se o adequado enquadramento paisagístico;Deverão ser garantidas as medidas de minimização propostas noutras componentes ambientais (e.g. resíduos, qualidade das águas, ecologia, paisagem, qualidade do ar e ambiente sonoro) e que evitarão impactos do projecto na sua zona envolvente.	
QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS	<ul style="list-style-type: none">Deverão ser regularizados e reduzidos os processos de erosão junto às linhas de escorrência afluentes do Rio Seco;A modelação do terreno deverá ser feita de modo a reduzir as escorrências superficiais do	<ul style="list-style-type: none">Terão que ser acauteladas e cumpridas todas as medidas por forma a evitar a ocorrência de derrames, mesmo que acidentais, de hidrocarbonetos que decorram da presença de maquinaria pesada.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
	<p>campo para as linhas de escorrência afluentes do Rio Seco;</p> <ul style="list-style-type: none">• Deverá ser evitada a acumulação de solos desagregados junto às linhas de escorrência afluentes do Rio Seco;• Deverá ser evitada a armazenagem de resíduos e combustíveis junto aos afluentes do Rio Seco;• Deverão utilizar-se espécies de relva adaptadas ao clima da região e com menores necessidades de água.	<ul style="list-style-type: none">• Em caso de derrame, por forma a evitar o arrastamento dos hidrocarbonetos pelas águas pluviais e a contaminação dos solos envolventes, deverão as terras contaminadas ser de imediato removidas e enviadas para destino final adequado.• A armazenagem e manuseamento de combustíveis e de resíduos, nomeadamente os passíveis de contaminarem as águas superficiais ou subterrâneas, por lixiviação, deverá ser sempre efectuada em locais devidamente impermeabilizados e afastados das linhas de água, em particular fora do Domínio Hídrico.• Deverá ter-se especial atenção ao uso de pesticidas e fertilizantes, por forma a evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente com substâncias perigosas, classificadas na lista I e II da Directiva 76/464/CEE e nutrientes, assim como ao estabelecido na legislação em vigor, que transpõe para direito interno as Directivas 76/464/CEE e 80/68/CEE e respectivas Directivas-afins, relativo às substâncias perigosas.
RESÍDUOS, FERTILIZANTES E FITOFÁRMACOS	<ul style="list-style-type: none">• Construção de um parque de armazenagem temporária de resíduos com áreas impermeabilizadas e cobertas para a armazenagem de óleos usados, segregando os óleos hidráulicos dos óleos de motor;• Deverá garantir-se que os filtros de óleo serão adequadamente escorridos antes da armazenagem temporária;• Deverão ser separados os resíduos de embalagem e outros resíduos valorizáveis pelas características dos materiais (papel/cartão, plástico e metal);• Deverão ser separados os resíduos de sucata pela tipologia dos metais (ferrosos e não	<ul style="list-style-type: none">• O proponente deverá, em fase prévia ao início das obras, apresentar alternativa para a gestão de resíduos verdes (compostáveis), enquanto não estiver em funcionamento a central de compostagem, ou caso a mesma não venha a ser objecto de aprovação por parte das entidades competentes.



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
	<p>ferrosos);</p> <ul style="list-style-type: none">• Deverá armazenar-se temporariamente filtros de óleo, materiais absorventes e solos contaminados com hidrocarbonetos em recipiente estanque e fechado (ex. bidon de 200 L).• Deverá restringir-se a aplicação de herbicidas nas operações de desmatação dos terrenos ao mínimo indispensável, deverá evitar-se a utilização de substâncias perigosas. O manuseamento de outros químicos, de produtos betuminosos e dos seus resíduos e embalagens, bem como de entulhos deverá processar-se com o maior cuidado e em locais adequados, por forma a evitar eventuais contaminações do solo e subsolo;• Deverão remover-se regularmente as aparas da relva resultantes das operações de corte;• Deverão promover-se com outros empreendimentos turísticos (com em sem campo de golfe), sistemas conjuntos de transporte/tratamento de resíduos equivalentes de modo a reduzir os impactes no transporte, quer para tratamento, quer para valorização no exterior.• Deverão ser utilizados preferencialmente de fertilizantes de libertação lenta dos compostos activos;• Deverá realizar-se a fertilização dos <i>greens</i> apenas quando estritamente necessária, de modo a não permitir a instalação de comunidades nitrófilas nas orlas;• Deverá adoptar-se por meios de tratamento mecânicos para o combate de pragas e doenças, em detrimento do tratamento fitossaniário com produtos químicos;• Deverá limitar-se a utilização fitofármacos à área dos <i>greens</i>, evitando as utilizações directas sobre a vegetação natural.	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Construção		
Componentes Ambientais	Medidas de Minimização Preconizadas no EIA e aprovadas pela CA	Medidas de Minimização Propostas pela CA
QUALIDADE DO AR	<ul style="list-style-type: none">A aspersão periódica e regular com água das áreas de trabalho ou dos caminhos não pavimentados por forma a reduzir emissões de poeiras, nomeadamente durante os períodos secos;Os fertilizantes e os herbicidas deverão ser aplicados de acordo com as instruções de segurança definidas para cada produto por forma a minimizar a fracção que se volatiliza.	
AMBIENTE SONORO	<ul style="list-style-type: none">A colocação de barreiras acústicas em locais seleccionados com base num estudo adequado reduzirá os níveis sonoros produzidos na área de intervenção;Deverá cumprir-se as disposições legais aplicáveis no que diz respeito ao horário para a execução de actividades ruidosas;O controlo da circulação de veículos pesados no interior da área de intervenção e envolvente imediata, por forma a restringir a sua velocidade de circulação a valores reduzidos e evitará a produção de níveis sonoros elevados;A escolha de percursos alternativos para o acesso de veículos pesados à área de intervenção por forma a evitar o atravessamento de povoações. Nas situações em que o atravessamento seja inevitável será necessário restringir a velocidade de circulação dos veículos para diminuir o ruído produzido;Deverão ser construídos de caminhos pedonais como forma de desincentivar a utilização de veículos para curtas deslocações no interior do campo.	<ul style="list-style-type: none">O artigo 5º do RGR determina que, não existindo carta de ruído da zona, deverão ser recolhidos dados acústicos, de modo a compará-los com os valores limite estabelecidos para zonas sensíveis e mistas. Assim, em fase prévia ao licenciamento da pretensão, deverão ser obtidos os referidos dados na zona de implantação do campo de golfe, bem como junto às habitações mais expostas.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Exploração		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
FACTORES EDAFO- CLIMÁTICOS	<ul style="list-style-type: none">As medidas referidas para os recursos hídricos (aspectos de qualidade) serão igualmente válidas para prevenir a poluição dos solos e a adequada perenidade da sua qualidade e capacidade produtiva, bem como para evitar a eventual mobilidade de produtos contaminantes para os substratos rochosos. Referem-se as seguintes medidas:<ul style="list-style-type: none">As zonas em que se verifique instabilização das características dos solos, quer por processos físicos (e. g. erosão), quer por produtos químicos (e. g. pesticidas) ou por acção humana, deverão ser objecto de uma intervenção rápida e adequada, tendente ao restabelecimento do seu equilíbrio;Deverão ser utilizados preferencialmente fertilizantes de libertação lenta dos compostos activos;O uso de pesticidas deverá ser reduzido ao mínimo indispensável. Sempre que possível dever-se-á optar por meios de tratamento mecânicos para o combate de pragas e doenças, em detrimento do tratamento fitossanitário com produtos químicos;Será fundamental a garantia da qualidade da água para rega, de modo a evitar-se o mais possível a irrigação com compostos indesejáveis que a longo prazo favoreçam a salinização dos solos,Deverá proceder-se à remoção regular das aparas de relva resultantes das operações de corte.	
ECOLOGIA FLORA VEGETAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">Deverá assegurar-se a manutenção de áreas de vegetação natural (preservação de habitats) que adquiram importância futura como centro de dispersão de diásporos;Deverá efectuar-se a limpeza da vegetação envolvente às diversas estruturas do campo de golfe efectuada por via mecânica e não recorrendo a processos químicos. Estas	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

João Eduardo Martins

Fase de Exploração		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
	<p>limpezas reduzirão o risco de incêndio e permitirão a manutenção da vegetação natural mas deverão traduzir-se em cortes e não em arrancamento e deverão ser preferencialmente executadas durante o início do verão ou outono;</p> <ul style="list-style-type: none">• A fertilização dos <i>greens</i> deverá ser a estritamente necessária de modo a não permitir a instalação de comunidades nitrófilas nas orlas;• Deverá limitar-se a utilização de herbicidas, fungicidas e de insecticidas, que não deverá ir além dos <i>greens</i>, devendo evitar-se utilizações directas sobre a vegetação natural;• Deverão utilizar-se espécies locais no embelezamento dos espaços. Neste aspecto, o novo campo de golfe poderá incorporar vantagens significativas em relação a outros campos actualmente existentes no Algarve que exibem sobretudo espécies ornamentais exóticas;• Deverá ser instalada de alguma informação sobre os cuidados tidos com a preservação dos habitats naturais e a divulgação do nome de algumas plantas mais representativas poderá ter efeitos benéficos na promoção do mesmo e na promoção da própria conservação da natureza (desenvolvimento sustentável e educação ambiental);• Deverão ser cumpridas as directivas emanadas dos relatórios estabelecidos no plano de monitorização.	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Fase de Exploração		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS	<ul style="list-style-type: none">Deverá ser construído um sistema de retenção/controlo de águas pluviais, que reterá matérias sedimentáveis e substâncias perigosas (derrames acidentais);Os lixiviados deverão ser tratados na estação de compostagem;Deverão utilizar-se sempre que possível pesticidas de baixo "tempo de vida médio", reduzida solubilidade em água e elevada volatilidade;Deverá manter-se a altura da relva junto às linhas de água e lagos com pelo menos 5 cm, garantindo uma faixa de largura entre 0,5 e 1 metro que servirá de <i>buffer</i> às escorrências superficiais;Evitar aplicar pesticidas ou fertilizantes durante períodos com chuva ou quando se prevê pluviosidade intensa nas próximas 24-48 horas;Planear a aplicação de fertilizantes em função das necessidades das plantas;Utilizar sensores de humidade para estudar as necessidades óptimas de água da relva, minimizará o seu uso e reduzirá a utilização de fungicidas;Implementar sistema de recolha de águas sub-superficiais para reutilização na rega do campo de golfe.	<ul style="list-style-type: none">Deverá ter-se especial atenção ao uso de pesticidas e fertilizantes, por forma a evitar a contaminação das águas superficiais e subterrâneas, nomeadamente com substâncias perigosas, classificadas na lista I e II da Directiva 76/464/CEE e nutrientes, assim como ao estabelecido na legislação em vigor, que transpõe para direito interno as Directivas 76/464/CEE e 80/68/CEE e respectivas Directivas-afins, relativo às substâncias perigosas.Os lixiviados provenientes da estação de compostagem, após o seu tratamento, caso venha a existir, terão de ter um destino adequado, chamando-se a atenção de que poderão estar contaminados com substâncias perigosas, utilizadas no tratamento dos espaços verdes.
RESÍDUOS	<ul style="list-style-type: none">Deverá ser construída uma central de compostagem de resíduos verdes, obtendo Autorização Prévia para operação;Deverão ser segregadas da compostagem aparas contaminadas com pesticidas (aparas de corte após aplicação de pesticidas);Deverá utilizar-se um destroçador para triturar material lenhoso de maiores dimensões (arbustos e ramos), que valorizará o material triturado por compostagem;Deverão ser lavados os recipientes que tenham	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

José Eduardo Martins

Fase de Exploração		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
	<p>contido pesticidas líquidos com água da formulação;</p> <ul style="list-style-type: none">• As embalagens de pesticidas deverão ser entregues ao fornecedor para posterior reutilização;• Deverá utilizar-se sempre que possível produtos a granel ou em embalagens industriais (ex. óleos de motor em bidons de 200 L);• Deverão ser promover com outros empreendimentos turísticos (com em sem campo de golfe), sistemas conjuntos de tratamento/transporte de resíduos similares de modo a reduzir os impactes no transporte que para tratamento, quer para valorização no exterior.	
QUALIDADE DO AR	<ul style="list-style-type: none">• Controlo das emissões de gases provenientes de equipamentos utilizados em operações de manutenção;• Aplicação de fertilizantes e pesticidas de acordo com as instruções de segurança definidas para cada produto por forma a minimizar a fracção que se volatiliza;• Incentivo à utilização do transporte colectivo pelos turistas.	



Plano de Monitorização		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
FACTORES EDAFO-CLIMÁTICOS	<p>A salinização dos solos constitui um aspecto a monitorizar, através dos seguintes parâmetros: condutividade eléctrica do solo e razão de absorção de sódio (SAR) e teor de carbonatos na água de rega.</p> <p>Para cada parâmetro de referidos refere-se de seguida, o método, a frequência e o local de monitorização.</p> <p>Condutividade eléctrica</p> <p>Método</p> <p>A determinação da condutividade eléctrica de solos pode ser efectuada através do método standardizado, isto é, a medição no extracto saturado. A aplicação deste método só é possível em laboratório.</p> <p>Frequência</p> <p>De acordo com o expresso no Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto, a monitorização da condutividade eléctrica deve ser efectuada semestralmente. Porém, se em dois anos consecutivos os resultados forem iguais ou inferiores ao valor máximo recomendado (1000 uS/cm) poderá adoptar-se uma periodicidade anual.</p> <p>Local</p> <p>Atendendo ao facto de que, dentro de distâncias pequenas podem existir várias amostras, de modo a contemplar todos os tipos de relvado e tipos de solo presentes na área.</p> <p>Razão de Adsorção de sódio (SAR)</p> <p>Método</p> <p>A razão de adsorção de sódio (SAR) na água de rega deve ser determinada com base nas concentrações de sódio, cálcio e magnésio de acordo com a expressão</p> $SAR = Na / ((Ca + Mg) / 2)^{1/2}$ <p>Frequência</p> <p>A razão de adsorção de sódio (SAR) na água de rega deve ser determinada semestralmente.</p> <p>Se em dois anos consecutivos os resultados forem iguais ou inferiores ao valor máximo recomendado (8) poderá adoptar-se uma periodicidade anual.</p> <p>Local</p> <p>As concentrações de sódio, cálcio e magnésio devem ser determinadas em amostras de água recolhidas no tanque de rega.</p>	
HIDROGEOLOGIA	<p>O principal objectivo do plano de monitorização é detectar eventuais alterações à qualidade da água subterrânea. Essas alterações ficarão restringidas aos</p>	<p>Os dados analíticos decorrentes do Plano de Monitorização deverão ser remetidos à DRAOT Algarve.</p>

MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

Plano de Monitorização		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
	<p>aquíferos superficiais. Deste modo, a monitorização far-se-á apenas nos poços existentes no perímetro do campo de golfe e que exploram esses mesmo aquíferos.</p> <p>Estes poços encontram-se secos em grande parte do ano fase à reduzida presença de água subterrânea, estando a sua presença está restringida ao semestre húmido. Assim, será efectuada anualmente uma amostragem à qualidade da água subterrânea a seguir às primeiras chuvas (Dez./Jan.) em dois poços existentes no perímetro do campo de golfe, desde que tenham água. Esta amostragem permitirá ver qual o efeito das primeiras chuvas no arrastamento de elementos que eventualmente se tenham acumulado no solo durante o ano.</p> <p>Deverão ser determinados os catiões principais (sódio, potássio, magnésio, cálcio), os aniões principais (carbonatos, bicarbonatos, sulfatos, cloretos). Deverão ser analisados parâmetros relacionados com produtos e subprodutos resultantes da aplicação dos tratamentos fito-sanitários e dos fertilizantes (azoto e fósforo) e registada a condutividade eléctrica.</p>	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

José Eduardo Martins

Plano de Monitorização		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
QUALIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS	<p>Fases de Construção e Exploração</p> <p>Monitorização da qualidade da água do rio seco a montante e a jusante da área de influência do campo de golfe, com uma periodicidade mínima de duas vezes por ano, avaliando os seguintes parâmetros físico-químicos:</p> <ul style="list-style-type: none">• PH• Salinidade• Cloretos• Sólidos Suspensos Totais• Sulfatos• Fosfatos• Nitratos• Azoto Amóniacal <p>Monitorização da qualidade da água dos lagos, com uma periodicidade mínima trimestral, avaliando os seguintes parâmetros físico-químicos:</p> <ul style="list-style-type: none">• PH• Salinidade• SAR• Bicarbonatos• Cloretos• Sulfatos• Fosfatos• Nitratos• Azoto Amóniacal	<ul style="list-style-type: none">• No plano de monitorização das águas superficiais, nos lagos, para além da análise dos parâmetros propostos pelo EIA, deverão ser controlados os fenómenos de eutrofização através da determinação do oxigénio dissolvido, clorofila <i>a</i> e produção primária. Os dados analíticos decorrentes do Plano de Monitorização deverão ser remetidos à DRAOT.
RESÍDUOS	<p>Fases de Construção e Exploração</p> <p>Quantificação dos resíduos produzidos classificando-os quanto ao código CER.</p> <p>Efectuar auditorias de conformidade legal de modo a verificar a existência de autorizações, guias de transporte e declarações periódicas de resíduos.</p>	
AMBIENTE SONORO	<p>Fases de Construção e Exploração</p> <p>Deverá ser verificado o cumprimento dos valores limite de potência sonora impostos pela legislação para equipamentos e máquinas a utilizar nas operações de construção.</p> <p>Na fase de exploração deve ser implementado um plano que permita monitorizar os níveis de ruído gerados</p>	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

João Eduardo Martins

Plano de Monitorização		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
	pelas actividades de corte de relva, e pelo acréscimo de tráfego rodoviário associado à exploração do novo campo de golfe, com uma periodicidade anual e pelo menos durante um período de 3 anos. Este plano deve incluir a verificação do cumprimento dos valores limites de potência sonora fixados na legislação para as máquinas de corte de relva a utilizar.	



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

SECRETÁRIO DE ESTADO
DO AMBIENTE

José Eduardo Moreira

Plano de Monitorização		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
ECOLOGIA	<p>Flora e Vegetação</p> <p>Deverá ser feito um estudo de monitorização das comunidades vegetais durante um período mínimo de três anos após a instalação do campo de golfe. Este trabalho deverá contar com a colaboração de um especialista da matéria em estudo. Para tal estudo deverá ser implementado o seguinte plano de monitorização:</p> <ul style="list-style-type: none">-Momentos de monitorização – 2 vezes durante a fase da obra e anualmente, durante 3 anos após a entrada em funcionamento do campo de golfe.-Trabalhos – em cada visita deve ser feita a identificação dos impactes havidos e previsíveis a curto prazo, dos respectivos efeitos e o grau de degradação e/ou recuperação da vegetação natural. Após cada uma das visitas deve ser feito um relatório recuperação da vegetação natural. Após cada uma das visitas deve ser feito um relatório de progresso, com recomendações, à excepção da última em que deve ser entregue um relatório final em que figurem as principais conclusões do estudo de monitorização. <p>Aves</p> <p>Deverá ser verificada a manutenção da biodiversidade actual e manutenção de populações viáveis. Para tal efeito será necessário levar a cabo o seguinte plano de monitorização:</p> <ul style="list-style-type: none">-Duração – 3 anos. A partir de 3 anos pós obra deverá estar estabilizada permitindo assim uma verificação dos objectivos.-Amostragem – a selecção das zonas de amostragem deverá ser feita a incluir os habitats dominantes, nomeadamente as áreas de pinhal, as áreas de matos e açudes. O número das zonas de amostragem deverá ser suficiente para os objectivos propostos. Deverá ainda ser escolhida uma ou mais zonas exteriores ao campo para servirem de referência.-Metodologias – relativamente às aves terrestres deverão ser utilizados métodos testados, designadamente os métodos de mapas. Pontos ou transectos lineares. Os censos deverão ser realizados durante a época de reprodução e no inverno. Em cada	<p>O plano de monitorização apresentado é considerado correcto, mas deverá ser alargado de três para cinco anos nas diferentes vertentes apresentadas.</p>



MINISTÉRIO DAS CIDADES, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E AMBIENTE
Gabinete do Secretário de Estado do Ambiente

João Eduardo Martins

Plano de Monitorização		
Componentes Ambientais	Planos de Monitorização Preconizados no EIA e aprovados pela CA	Medidas Relativas aos Planos de Monitorização Propostas pela CA
	<p>época deverão ser realizados tantos censos quanto os indicados para metodologia que for escolhida. Deverão também ser realizados censos mensais de aves aquáticas em todos os lagos a criar no âmbito deste projecto.</p> <p>Anfíbios e Répteis</p> <p>Deverão ser efectuados levantamentos sistemáticos no terreno, pelo menos três vezes por ano, durante a época mais propícia para as espécies em presença por forma a que se possa monitorizar a evolução da composição específica desta comunidade.</p> <p>As metodologias a utilizar deverão ser as mais indicadas para este grupo faunístico. Relativamente aos anfíbios será necessário por em prática um plano de monitorização que permita acompanhar a colonização dos lagos, nomeadamente usando métodos de captura que permitam por um lado obter valores de abundância relativa e por outro inventariar as espécies em presença. Caso se verifique que o ritmo de colonização se situa abaixo das expectativas poderá ser equacionada a introdução de algumas espécies em estado larvar, provenientes das áreas limítrofes. Esta introdução deverá ser sempre acompanhada pelo ICN.</p>	